

**CONCURSO PÚBLICO PARA
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO****Edital nº 212/2016**

Nível Código

E 112**Cargo: ARQUIVISTA****CADERNO DE QUESTÕES****Instruções ao candidato – parte integrante do Edital – subitem 18.2**

1. O candidato deverá receber o **Caderno de Questões**, o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**.
2. Confira se recebeu o **Caderno de Questões** referente ao cargo ao qual está concorrendo. Verifique se constam deste **Caderno**, de forma legível, 65 (sessenta e cinco) questões objetivas e a proposta de **Redação**, caso contrário notifique imediatamente ao fiscal. Será eliminado do Concurso o candidato que realizar prova para um cargo diferente do qual concorre.
3. Verifique se seus dados conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Redação**, caso contrário notifique imediatamente ao fiscal. Leia atentamente as instruções para o preenchimento de ambos.
4. Cada questão objetiva proposta apresenta 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma correta.
5. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois atribuir-se-á nota zero a toda questão com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
6. Sob pena de eliminação do Concurso, na **Folha de Redação**, não faça qualquer registro que possa identificá-lo. Da mesma forma não é permitido fazer uso de instrumentos auxiliares para cálculos e desenhos, ou portar qualquer dispositivo eletrônico, inclusive telefone celular, que sirva de consulta ou de comunicação.
7. O tempo para realização da Prova Objetiva e da Redação é de no mínimo **uma hora e trinta minutos** e no máximo **quatro horas e trinta minutos**. Os candidatos poderão levar o **Caderno de Questões**, faltando, no máximo, uma hora para o término da prova.
8. Durante a realização da prova será feita a coleta da impressão digital. Colabore com o fiscal.
9. Para preencher o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**, use apenas caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
10. Ao término da prova, entregue ao fiscal o **Caderno de Questões**, a **Folha de Redação** e o **Cartão de Respostas** assinado. A não entrega do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Redação**, implicará na eliminação do Concurso. O candidato só poderá levar o **Caderno de Questões** na última hora que antecede o horário do término da prova.
11. O Gabarito Preliminar será divulgado no dia 9 de abril de 2017, a partir das 14 horas no endereço eletrônico do Concurso.
12. A imagem do **Cartão de Respostas**, contendo a assinatura, impressão digital e respostas assinaladas pelo candidato será divulgada no dia 26 de abril de 2017, a partir das 14 horas no endereço eletrônico do Concurso.

Após o aviso para o início da prova, o candidato deverá permanecer no local de realização da mesma por, no mínimo, noventa minutos.

Parte I: Língua Portuguesa

Texto

A IMAGEM NO ESPELHO

Aos 20 anos escreveu suas memórias. Daí por diante é que começou a viver. Justificava-se:

– Se eu deixar para escrever minhas memórias quando tiver 70 anos, vou esquecer muita coisa e mentir demais. Redigindo-as logo de saída, serão mais fiéis e terão a graça das coisas verdes.

O que viveu depois disto não foi propriamente o que constava do livro, embora ele se esforçasse por viver o contado, não recuando nem diante de coisas desabonadoras. Mas os fatos nem sempre correspondiam ao texto e, para ser franco, direi que muitas vezes o contradiziam.

Querendo ser honesto, pensou em retificar as memórias à proporção que a vida as contrariava. Mas isto seria falsificação do que honestamente pretendia (ou imaginara) devesse ser a sua vida. Ele não tinha fantasiado coisa alguma. Pusera no papel o que lhe parecia próprio de acontecer. Se não tinha acontecido, era certamente traição da vida, não dele.

Em paz com a consciência, ignorou a versão do real, oposta ao real prefigurado. Seu livro foi adotado nos colégios, e todos reconheceram que aquele era o único livro de memórias totalmente verdadeiro. Os espelhos não mentem.

(ANDRADE, C. D. de. *Contos plausíveis*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981, p. 23.)

01 “Aos 20 anos escreveu suas memórias. Daí por diante é que começou a viver. Justificava-se:

– Se eu deixar para escrever minhas memórias quando tiver 70 anos, vou esquecer muita coisa e mentir demais. Redigindo-as logo de saída, serão mais fiéis e terão a graça das coisas verdes”.

A construção dos parágrafos acima configura uma estrutura predominantemente:

- (A) descritiva, com predomínio de fatos.
- (B) enumerativa, com apenas um narrador.
- (C) narrativa, com a presença de dois narradores.
- (D) comparativa, com predomínio do passado.
- (E) dissertativa, com explicitação de acontecimentos.

02 O pronome sublinhado estabelece a coesão textual, retomando uma ideia anteriormente expressa, em:

- (A) “Ele não tinha fantasiado coisa alguma”.
- (B) “Pusera no papel o que lhe parecia próprio de acontecer”.

- (C) “Se não tinha acontecido, era certamente traição da vida, não dele”.
- (D) “Mas isto seria falsificação do que honestamente pretendia (ou imaginara) devesse ser a sua vida”.
- (E) “Seu livro foi adotado nos colégios, e todos reconheceram que aquele era o único livro de memórias totalmente verdadeiro”.

03 “– Se eu deixar para escrever minhas memórias quando tiver 70 anos, vou esquecer muita coisa e mentir demais.”

O conectivo sublinhado no período composto acima estabelece uma relação de:

- (A) condição.
- (B) causalidade.
- (C) companhia.
- (D) consequência.
- (E) finalidade.

04 A locução verbal sublinhada exprime um processo em sua fase inicial em:

- (A) “Se eu deixar para escrever minhas memórias quando tiver 70 anos, vou esquecer muita coisa e mentir demais”.
- (B) “Aos 20 anos escreveu suas memórias. Daí por diante é que começou a viver”.
- (C) “O que viveu depois disto não foi propriamente o que constava do livro, embora ele se esforçasse por viver o contado”.
- (D) “Querendo ser honesto, pensou em retificar as memórias à proporção que a vida as contrariava”.
- (E) “Mas isto seria falsificação do que honestamente pretendia (ou imaginara) devesse ser a sua vida”.

05 “Seu livro foi adotado nos colégios, e todos reconheceram que aquele era o único livro de memórias totalmente verdadeiro.”

Os adjetivos único e verdadeiro empregados no contexto indicam que:

- (A) os nossos ideais nem sempre correspondem ao que consta do livro.
- (B) os nossos ideais nem sempre são importantes na juventude.
- (C) as memórias deixam de ser importantes com o passar do tempo.
- (D) as memórias seriam falsificação do ímpeto da juventude.
- (E) as memórias, no livro, se referem a um real prefigurado na juventude.

06 A progressão do texto se dá por meio de uma expressão de sentido concessivo em:

- (A) “Querendo ser honesto, pensou em retificar as memórias à proporção que a vida as contrariava”.
- (B) “– Se eu deixar para escrever minhas memórias quando tiver 70 anos, vou esquecer muita coisa e mentir demais”.
- (C) “O que viveu depois disto não foi propriamente o que constava do livro, embora ele se esforçasse por viver o contado, não recuando nem diante de coisas desabonadoras”.
- (D) “Ele não tinha fantasiado coisa alguma. Pusera no papel o que lhe parecia próprio de acontecer”.
- (E) “Seu livro foi adotado nos colégios, e todos reconheceram que aquele era o único livro de memórias totalmente verdadeiro”.

07 O procedimento predominantemente usado no texto para estabelecer a progressão das ideias no desenvolvimento do tema é:

- (A) contraste.
- (B) descrição.
- (C) comparação.
- (D) argumentação.
- (E) exemplificação.

08 No trecho “Ele não tinha fantasiado coisa alguma”, a locução verbal sublinhada está no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo. O verbo sublinhado encontra-se nesse mesmo tempo e modo no fragmento:

- (A) “Os espelhos não mentem”.
- (B) “Aos vinte anos, escreveu suas memórias”.
- (C) “Em paz com a consciência, ignorou a versão do real”.
- (D) “e todos reconheceram que aquele era o único livro de memórias”.
- (E) “Mas isto seria falsificação do que honestamente pretendera”.

09 Em “Pusera no papel o que lhe parecia próprio de acontecer”, sem alterar o sentido do trecho, o pronome “lhe” poderia ser substituído por:

- (A) a ele.
- (B) ao destino.
- (C) ao papel.
- (D) à vida.
- (E) à falsidade.

10 O fragmento sublinhado em “Redigindo-as logo de saída, serão mais fiéis e terão a graça das coisas verdes” é uma metáfora que, em linguagem denotativa, poderia ser substituída por:

- (A) das novidades.
- (B) da adolescência.
- (C) das ondas do mar.
- (D) das frutas não maduras.
- (E) do seu próprio espelho.

11 É possível reproduzir a frase “Ele não tinha fantasiado coisa alguma”, sem perda de sentido, de todas as maneiras a seguir, EXCETO em:

- (A) Coisa alguma fantasiado ele tinha.
- (B) Fantasiado coisa alguma ele tinha.
- (C) Alguma coisa ele não tinha fantasiado.
- (D) Não tinha ele fantasiado coisa alguma.
- (E) Coisa alguma tinha ele fantasiado.

12 O trecho que apresenta uma ideia de tempo é:

- (A) “Seu livro foi adotado nos colégios”.
- (B) “Daí por diante é que começou a viver”.
- (C) “Em paz com a consciência, ignorou a versão do real”.
- (D) “Se não tinha acontecido, era certamente traição da vida, não dele”.
- (E) “Mas isto seria falsificação do que honestamente pretendera”.

13 No trecho “Mas os fatos nem sempre correspondiam ao texto e, para ser franco, direi que muitas vezes o contradiziam”, a conjunção adversativa sublinhada pode ser substituída, mantendo-se a ideia de oposição, por:

- (A) então.
- (B) portanto.
- (C) entretanto.
- (D) desse modo.
- (E) assim sendo.

14 A expressão “à proporção que”, que denota proporcionalidade, sem alteração do sentido pode ser substituída por:

- (A) pelo que.
- (B) à medida que.
- (C) toda vez que.
- (D) por conta de que.
- (E) tendo em vista que.

15 A primeira palavra do trecho “Se eu deixar para escrever minhas memórias quando tiver 70 anos, vou esquecer muita coisa e mentir demais” traz a ideia de:

- (A) desejo.
- (B) fantasia.
- (C) certeza.
- (D) hipótese.
- (E) expectativa.

Parte II: Noções Básicas de Administração Pública

16 O planejamento é um instrumento de gestão que deve ser implantado:

- (A) somente por entidades públicas.
- (B) apenas por entidades de economia mista.
- (C) por todas as entidades que visam aumentar a eficiência, a eficácia e o controle, para a tomada de decisões por parte dos gestores institucionais.
- (D) apenas nas entidades que possuam o controle de seus custos e gerenciamento de riscos.
- (E) somente pelas entidades de economia mista.

17 A legislação que “estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte; orienta a elaboração do Orçamento; dispõe sobre alteração na legislação tributária; e estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento” denomina-se Lei de:

- (A) Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (B) Responsabilidade Fiscal (LRF).
- (C) Licitações (LL).
- (D) Finanças Federal (LFF).
- (E) Direito Financeiro (LDF).

18 Com a promulgação da Constituição Federal (CF) em outubro de 1988, o planejamento governamental foi alterado profundamente. Assim, as políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos para viabilizar as metas previstas passam a ser estabelecidos por meio de um instrumento denominado Plano:

- (A) Estratégico (PE).
- (B) de Desenvolvimento Institucional (PDI).
- (C) de Aceleração do Crescimento (PAC).
- (D) de Trabalho (PT).
- (E) Plurianual (PPA).

19 O princípio do Orçamento Público que estabelece a obrigatoriedade da previsão de todas as receitas e fixação de todas as despesas é denominado:

- (A) totalidade.
- (B) universalidade.
- (C) anuidade.
- (D) unidade.
- (E) orçamento bruto.

20 O principal instrumento para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial, na esfera federal de governo, é o Sistema:

- (A) de Execução e Monitoramento dos Gastos Públicos (SEMGP).
- (B) de Gestão (SIGET).
- (C) Integrado de Custos (SIC).
- (D) Integrado de Administração Financeira (SIAFI).
- (E) Público de Escrituração Digital (SPED).

21 De acordo com a Lei nº 8.666/93, as modalidades de licitação são:

- (A) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- (B) competição, importação, carta e pesquisa.
- (C) convocação, proposta, intimação e certame.
- (D) contratação, doação, compra indireta e evento.
- (E) anúncio, edital, empreitada e cadastro.

22 A despesa no serviço público deve ser precedida de:

- (A) pagamento.
- (B) liquidação.
- (C) empenho.
- (D) crédito suplementar
- (E) recurso financeiro.

23 Avalie se cada afirmativa a seguir é verdadeira (V) ou falsa (F).

- I** O Brasil já dispunha, até meados dos anos de 1960, de uma experiência de planejamento relativamente variada, experiência que, no entanto, não pode ser aproveitada em toda sua plenitude para promover o desenvolvimento nacional. Isso porque havia ausência de coordenação, descontinuidade e ineficiência operacional dos planos de desenvolvimento.
- II** O Plano Plurianual de Investimentos estabelece de forma regionalizada as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- III** Com o advento da promulgação da Constituição Federal (CF) em outubro de 1988, o planejamento governamental foi alterado profundamente. Foi instituído o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo brasileiro.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) F, F e F.
- (C) F, V e F.
- (D) V, V e F.
- (E) F, F e V.

24 O planejamento é uma condição básica para o sucesso de qualquer trabalho que procure a melhoria da qualidade. Sendo assim, o planejamento pode ser definido como um:

- (A) instrumento que estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente.
- (B) conjunto de ações que se realiza de modo contínuo e permanente.
- (C) documento aprovado por lei, onde estão fixadas todas as despesas previstas e todas as receitas.
- (D) instrumento de programação cujos produtos contribuem para materialização dos objetivos do programa.
- (E) preparação e controle do futuro a partir do presente por meio da reflexão sistemática sobre a realidade a enfrentar e os objetivos a atingir.

25 O orçamento público se caracteriza pela multiplicidade de aspectos: político, jurídico, contábil, econômico, financeiro, administrativo, etc. O seu conceito tem sido alterado ao longo do tempo, em decorrência das modificações de sua função, além de sua forma de elaboração, e tem relação com o regime de governo. Atualmente, o Brasil adota o orçamento do tipo:

- (A) executivo.
- (B) misto.
- (C) legislativo.
- (D) padronizado.
- (E) institucional.

26 Dentro da Estrutura Programática, que demonstra para que a despesa pública está sendo realizada, tem-se um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, com vista a alcançar o objetivo determinado pelo programa, dos quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo. Esse conjunto de operações é denominado:

- (A) projeto.
- (B) atividade.
- (C) gastos.
- (D) custos.
- (E) despesa.

27 A Classificação Institucional, dentro da Classificação Orçamentária, serve para:

- (A) identificar quem é o responsável pela despesa e pela receita.
- (B) melhorar o desempenho gerencial da administração pública.
- (C) explicitar a distribuição regional das metas e gastos do Governo Federal.
- (D) proporcionar a alocação de recursos nos orçamentos anuais de modo compatível com os objetivos e diretrizes.
- (E) dar maior transparência à aplicação de recursos públicos e aos resultados obtidos.

28 A modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, onde a disputa pelo fornecimento se dá através de sessão pública, presencial ou eletrônica, por meio de propostas e lances, para a classificação e habilitação do licitante que ofertou o menor preço, é:

- (A) concorrência.
- (B) convite.
- (C) concurso.
- (D) tomada de preços.
- (E) pregão.

29 De acordo com o art. 58, da Lei nº 4.320/64, “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição” é a definição de:

- (A) despesa.
- (B) custo.
- (C) liquidação.
- (D) empenho.
- (E) dotação.

30 As receitas públicas provenientes de tributos, de contribuições, da exploração do patrimônio estatal (patrimonial) e da exploração de atividades econômicas (agropecuária, industrial e de serviços), são classificadas como:

- (A) de capital.
- (B) financeiras.
- (C) correntes.
- (D) orçamentárias.
- (E) de bens e direitos.

Parte III: Conhecimentos Específicos

31 CAMARGO (2009) critica a tendência das instituições arquivísticas de recusar a incorporação de recortes nos arquivos pessoais, alegando que “as informações neles contidas continuam acessíveis nas coleções de periódicos existentes em outros lugares”. Esta abordagem focada somente na informação deixa de considerar a incorporação, pelo contexto de uso, de suas:

- (A) informações fundamentais.
- (B) marcas funcionais.
- (C) funções secundárias.
- (D) leituras originais.
- (E) premissas informacionais.

32 Ao “litígio quanto à propriedade, à custódia legal e ao acesso a arquivos, decorrente, sobretudo, de mudanças de soberania, reorganização territorial, conflitos bélicos ou questionamentos quanto à jurisdição arquivística”, denomina-se:

- (A) contencioso arquivístico.
- (B) censura documental.
- (C) arquivo em tramitação.
- (D) documentação temporária.
- (E) arquivamento jurídico.

33 A taxonomia representa uma classificação hierárquica e:

- (A) estrutural.
- (B) técnica.
- (C) analítica.
- (D) sistemática.
- (E) elaborada.

34 Para SANTOS (2007), a frase “não confiarás em sistemas gerenciadores como única forma de acesso ao documento digital” representa um dos mandamentos da:

- (A) organização documental.
- (B) contemporaneidade.
- (C) gestão da informação corrente.
- (D) preservação digital.
- (E) segurança de armazenamento.

35 O objeto da Diplomática é a:

- (A) tipologia do documento.
- (B) origem do arquivo.
- (C) classificação documental.
- (D) catalogação descritiva.
- (E) espécie documental.

36 Conforme JARDIM (1995), a legislação normalizadora de aspectos interiores e exteriores ao sistema, dos direitos e obrigações de usuários e do patrimônio documental: os arquivos; os documentos, conforme seu ciclo vital; a informação em seu circuito interno (no âmbito da organização produtora) e externo (outros arquivos e centros de informação), são os elementos constitutivos de um:

- (A) arquivo permanente.
- (B) sistema de classificação.
- (C) sistema integrado de arquivos.
- (D) plano de trabalho.
- (E) arquivo de custódia.

37 Para os documentos recebidos nos arquivos de custódia, um dos princípios básicos da Arquivística determina que se conserve os documentos em seu:

- (A) arranjo original.
- (B) estado simplificado.
- (C) modo original.
- (D) arquivamento intermediário.
- (E) histórico protocolado.

38 Formar as classes do plano de classificação posteriormente; criar consistências quanto aos sucessivos níveis de subdivisões das classes; estabelecer cabeçalhos separados tanto para as atividades auxiliares e as substantivas, quanto para os documentos importantes relativos a políticas, métodos, programas e semelhantes - são pontos a considerar para a criação de um sistema de classificação de documentos baseado na análise de suas:

- (A) premissas.
- (B) funções.
- (C) categorias.
- (D) provas.
- (E) semelhanças.

39 O princípio que precisa ser definido como parte integrante dos sistemas eletrônicos de documentos é o da:

- (A) divisão temporária.
- (B) ação preventiva.
- (C) conservação digital.
- (D) relação orgânica.
- (E) temporalidade.

40 O empréstimo gratuito de um documento por via contratual, com direito de uso por tempo predeterminado, denomina-se:

- (A) consignação.
- (B) depósito.
- (C) comodato.
- (D) remessa.
- (E) destinação.

41 Uma das principais causas da perda da memória digital com implicações diretas no arquivo permanente é a ausência de:

- (A) políticas nacionais de arquivo.
- (B) gestão documental.
- (C) gerenciamento da conservação dos arquivos.
- (D) prática e uso das novas tecnologias.
- (E) políticas de preservação digital.

42 Tanto a tabela de temporalidade, quanto a lista de eliminação fazem parte dos instrumentos de:

- (A) avaliação.
- (B) descarte.
- (C) referência.
- (D) destinação.
- (E) seleção.

43 Para BELLOTO (2009), a pesquisa histórica baseia-se em documentos que adquiriram valor histórico a partir de suas:

- (A) funções.
- (B) perspectivas.
- (C) catalogações.
- (D) projeções.
- (E) análises.

44 O “conjunto de procedimentos e operações técnicas cuja interação permite a eficiência e a eficácia em produção, tramitação, uso, avaliação e destinação de documentos arquivísticos correntes e intermediários de uma organização” denomina-se sistema de:

- (A) arquivamento.
- (B) informação.
- (C) gerenciamento arquivístico de documentos.
- (D) gerenciamento de operações.
- (E) gestão de arquivos.

45 Além dos papéis de necessidade para o exercício do poder, o de prova e o de fonte para investigação, de acordo com SANTOS (2007), atualmente o conceito de arquivo aparece vinculado à noção de:

- (A) cidadania.
- (B) epistemologia.
- (C) contemporaneidade.
- (D) cartesianismo.
- (E) antropologia.

46 A relação orgânica de um sistema eletrônico de documentos se manifesta tanto no seu arranjo físico, quanto no protocolo e também no código de classificação, o qual torna explícita a relação entre o documento e a:

- (A) gestão do conhecimento.
- (B) abordagem praticada.
- (C) ação que o gera.
- (D) hierarquia planejada.
- (E) circunstância de uso.

47 É a denominação do protocolo responsável pela autuação de documentos:

- (A) sistema de recebimento.
- (B) unidade protocolizadora.
- (C) plano protocolar.
- (D) documento jurídico.
- (E) serviço de entrada.

48 O conceito de gestão do conhecimento refere-se ao processo que uma organização adota para gerenciar seus ativos intelectuais, o que implica a adoção de um enfoque:

- (A) integrado.
- (B) completo.
- (C) analítico.
- (D) complexo.
- (E) gerencial.

49 No meio digital, a migração contínua de mídias é possibilitada pela separação entre:

- (A) softwares e hardware.
- (B) necessidades e ações.
- (C) fragilidade e pertinência.
- (D) tecnologia e tradição.
- (E) suporte e conteúdo.

50 Para ARTIÉRES (1998), os arquivos pessoais têm valor:

- (A) passageiro.
- (B) cultural.
- (C) probatório.
- (D) jurídico.
- (E) individual.

51 O Capítulo I do Decreto 4.073/2002 atribui ao CONARQ a identificação dos arquivos privados de interesse público e social, regulamentando a Lei nº:

- (A) 6.737/1944.
- (B) 581/1850.
- (C) 8.159/1991.
- (D) 7.802/1989.
- (E) 6.938/1981.

52 Ainda que possuindo os mesmos elementos componentes dos documentos arquivísticos convencionais, os documentos arquivísticos eletrônicos diferenciam-se dos primeiros porque tais componentes são armazenados e gerenciados, separadamente, como:

- (A) insumos.
- (B) bits.
- (C) pluridados.
- (D) suportes.
- (E) metadados.

53 Assegurar a preservação de documentos que NÃO são mais movimentados é uma das funções do arquivo:

- (A) histórico.
- (B) morto.
- (C) de custódia.
- (D) permanente.
- (E) intermediário.

54 Para BELLOTO (2009), em relação aos documentos e seu ciclo vital, o tempo distancia a História da:

- (A) realidade.
- (B) Arquivística.
- (C) vida.
- (D) compreensão.
- (E) Administração.

55 O fundo de arquivo tem origem teórica na formulação do princípio de:

- (A) permanência.
- (B) acumulação.
- (C) arquivamento.
- (D) proveniência.
- (E) ciclo vital.

56 Em relação aos arquivos pessoais, CAMARGO (2009) critica a “presença forte e equivocada da biblioteconomia na formulação de normas de descrição de arquivos”, revelada pelo foco na:

- (A) integração.
- (B) descrição.
- (C) informação.
- (D) catalogação.
- (E) extensão.

57 Um dos princípios básicos norteadores do trabalho de análise de documentos é a importância do documento em relação aos seus valores:

- (A) corrente, histórico e perene.
- (B) vital, corrente e significativo.
- (C) informacional, histórico e temporário.
- (D) probatório, administrativo e informacional.
- (E) administrativo, probatório e histórico.

58 Segundo PAES (2005), é uma “comissão idônea” que deve determinar o descarte, ao analisar nos documentos sua:

- (A) intenção.
- (B) caducidade.
- (C) extensão.
- (D) essência.
- (E) informação.

59 Ao valor que um documento possui em razão de seu conteúdo, das circunstâncias de sua produção, de suas assinaturas ou selos denomina-se valor:

- (A) legal.
- (B) intrínseco.
- (C) permanente.
- (D) primário.
- (E) probatório.

60 Referindo-se à análise de Terry Cook sobre uma abordagem pós-moderna para a Arquivologia, FONSECA (2005) aponta a desigualdade na distribuição geopolítica dos recursos informacionais disponíveis no planeta, o que implicaria em “limitações consideráveis de acesso à informação”, representadas principalmente pela ausência, nos países em desenvolvimento, de:

- (A) experiência digital.
- (B) sistematização de ações.
- (C) organizações associativas fortes.
- (D) políticas públicas de arquivos.
- (E) verbas otimizadas.

61 De um modo geral, as peças de correspondências dentro de coleções naturais nos arquivos privados NÃO devem ser:

- (A) catalogadas.
- (B) arrançadas.
- (C) classificadas.
- (D) identificadas.
- (E) arquivadas.

62 O art. 10 da Lei nº 8.159/1991 determina que os documentos de valor permanente são inalienáveis e:

- (A) arbitrários.
- (B) históricos.
- (C) imprescritíveis.
- (D) inválidos.
- (E) protocoláveis.

63 Para SCHELLENBERG (2002), o uso dos documentos para fins de pesquisas depende da maneira pela qual foram originariamente:

- (A) consultados.
- (B) planejados.
- (C) catalogados.
- (D) descritos.
- (E) ordenados.

64 Para BELLOTO (2009), o grande desafio para o profissional arquivista diante dos novos suportes documentais da atualidade é ter que correr o risco entre o “vertiginoso crescimento das possibilidades da eletrônica” e a impossibilidade de alcançar a totalidade desses novos conhecimentos, devido a sua:

- (A) mutabilidade.
- (B) complexidade.
- (C) reversão.
- (D) incompletude.
- (E) degradação.

65 COOK (1998), ao expor sua opinião sobre memória e avaliação de documentos para sua inclusão em instituições de arquivo, argumenta a favor dos documentos pessoais e da necessidade de transformação da descrição arquivística como uma catalogação estática para um sistema de inter-relacionamentos dinâmicos através de uma maior compreensão do complexo contexto da criação de documentos, apresentando, então, um novo conceito, o de arquivos:

- (A) privados.
- (B) complementares.
- (C) complexos.
- (D) totais.
- (E) contemporâneos.

Parte IV: Redação

INSTRUÇÕES

AO DESENVOLVER O SEU TEXTO É INDISPENSÁVEL:

- inter-relacionar ideias e argumentos;
- expressar-se com vocabulário apropriado e em modalidade padrão da língua portuguesa escrita;
- escrever com letra legível;
- produzir um texto em prosa com, no mínimo, 20 e, no máximo, 25 linhas.

A – Leia o texto a seguir como material de reflexão para seu próprio texto.

VIVER SEM SONHOS?

Os que temos à noite reacendem o passado. São vivos, têm volume, fazem sentido. Dizem os especialistas que não sonhar à noite pode matar. Os homens sonham. Os cachorros e gatos sonham. Sonhar é uma estratégia noturna de sobrevivência. Mas, parece, de dia as coisas mudam. Nas sociedades pós-modernas os sonhos atrapalham a vida. Tiram o foco do que é prático e eficaz, dos resultados, do que rende consumo. Sempre se pode, é claro, sonhar com uma mulher, ou um homem. Com um carro novo. Ou com a roupa da moda. Ou o último iPhone. E com trocar o homem, ou a mulher, o carro, a roupa e o iPhone, tudo descartável, por versões mais da hora. Mas aí (digo agora eu) não se trata de sonho, mas de desejo. Os desejos são poderosas coisas, movem mundos e montanhas. Mas perigosas quando são os únicos atores em cena.

Márcio Tavares D'Amaral. *O Globo*, 23/05/2015.

B – A partir da leitura do texto, desenvolva o seguinte tema:

“Os desejos são poderosas coisas, movem mundos e montanhas. Mas perigosas quando são os únicos atores em cena.”

5

10

15

20

25

RASCUNHO

